

JUNHO 2026

189ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Gustavo Moreno/STF



FORA DE FOCO

Troca de cadeiras fará
Gilmar Mendes perder
protagonismo em pautas
estratégicas no STF,
incluindo a do Master

Empresa condenada por
excesso de homens na liderança
tem mulher como CEO

Cinco momentos de fé
marcantes nesta Copa do
Mundo

Índice

Editorial: O STF conseguiu colocar a censura na mente do brasileiro **04**

Silvio Ribas: Onda direitista na América do Sul e pacto liderado por Donald Trump isolam Lula **13**

Paulo Briguet: No Brasil, até a direita é de esquerda **21**

Gilmar Mendes perderá controle da pauta do Master no STF **28**

Como o chavismo pode ter aumentado a tragédia dos terremotos na Venezuela **38**


Empresa condenada por excesso de homens na liderança tem mulher como CEO **45**

Cinco momentos de fé marcantes na Copa do Mundo **55**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)

GAZETA DO POVO



CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Quando mais da metade dos brasileiros acha que é crime criticar autoridades, os censores conseguiram seu objetivo. (Foto: Imagem criada utilizando ChatGPT/Gazeta do Povo)

EDITORIAL

O STF conseguiu colocar a censura na mente do brasileiro

Criticar uma autoridade é crime? A pergunta, se fosse feita a cidadãos de qualquer democracia

sólida, independentemente de sua tradição jurídica sobre a liberdade de expressão, seria provavelmente recebida com alguma perplexidade, ou mesmo com um riso de deboche. A razão é evidente: a crítica a uma autoridade, venha de uma pessoa pública ou de um anônimo, é perfeitamente legítima – se está correta ou se não faz o menor sentido, se é feita em termos elegantes ou chulos, pouco importa: criticar é um direito do cidadão. Em uma democracia sólida, repetimos. Por aqui, a situação é muito diferente.

Uma pesquisa recente do Instituto Sivis, feita em abril, mostra que 61,7% dos entrevistados disseram acreditar que é proibido criticar publicamente figuras públicas. Uma proporção ligeiramente menor, de 57,5%, afirmou que

“acusar publicamente o STF de prejudicar a democracia” é proibido no Brasil. Ou seja: seis em cada dez brasileiros acreditam na existência de um crime fictício, que não está em lugar nenhum da lei penal. Como se chegou a esse ponto, em que mais de 100 milhões de cidadãos consideram que uma mera crítica a autoridades é algo criminoso? A resposta é simples: este é o resultado óbvio de um trabalho feito ao longo de anos, e capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo à frente o censor-mor da República, o ministro Alexandre de Moraes.

A crítica ou a exposição de fatos inconvenientes não é crime, mas o STF se encarregou de criminalizá-la, com a ajuda de órgãos como a Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal. O brasileiro vê pessoas sendo

investigadas, processadas, censuradas e punidas por criticar ministros do Supremo, vê vídeos com fantoches rendendo denúncias da PGR ao STF, vê piadas transformarem senadores em réus, vê uma faixa com os dizeres “Lula ladrão” pendurada na janela de um apartamento provocar uma visita da PF.



Está realizado o sonho das autoridades liberticidas: a crítica não precisa ser oficialmente criminalizada; basta que as pessoas acreditem que ela já é crime

E não só isso: vê que, por longos anos, nada disso foi devidamente apontado como abuso, nem coibido como deveria pelos que têm a missão constitucional de colocar freios ao Supremo. Qual

a conclusão mais provável que alguém há de tirar? A de que talvez a crítica seja mesmo um crime.

Está realizado, assim, o sonho das autoridades liberticidas: a crítica não precisa ser oficialmente criminalizada; basta que as pessoas acreditem que ela já é crime. O resultado é a ampliação da autocensura, em que a proibição não existe na lei, mas na mente dos brasileiros, que pensarão milhões de vezes antes de tornar público qualquer pensamento mais crítico em relação a uma autoridade, e ainda exortarão parentes e amigos a se restringir também, com medo de que eles sofram alguma consequência.

Quanto mais essa mentalidade se espalhar, menos será necessário escancarar o arbítrio

reprimindo críticos, pois eles serão cada vez mais raros.

O medo, por si só, já basta para comprovar que estamos vivendo uma grave anomalia institucional, mas no Brasil contemporâneo talvez estejamos assistindo ao surgimento de um fenômeno ainda mais grave. Uma coisa é a população acreditar que há restrições à liberdade de expressão, mas discordar delas, mesmo temendo a punição; muito pior seria apoiar a mordaza. Os dados do Sivis indicam que, entre determinados grupos (como entrevistados de 18 a 29 anos, e aqueles com curso superior completo), metade dos entrevistados era favorável à limitação de expressões consideradas ofensivas ou “discurso de ódio”. Mas, aqui, é preciso apresentar nuances importantes.

Há manifestações que de fato constituem discurso de ódio, que desumanizam o outro, que defendem a discriminação – é o caso do racismo, que inclusive já é criminalizado no Brasil. Se é disso que estamos falando, o apoio à proibição estaria até abaixo do ideal.

No entanto, bem sabemos que a expressão “discurso de ódio” tem sido usada de maneira muito mais ampla, para deslegitimar opiniões legítimas, por exemplo a crítica a comportamentos, e que não cumprem o clássico critério tripartite estabelecido por Norberto Bobbio – “a existência de uma desigualdade entre grupos, uma hierarquização desses grupos (com um sendo considerado superior ao outro) e a defesa de práticas de escravização, exploração ou

eliminação do grupo considerado inferior”, nas palavras do filósofo italiano.

Se é esse tipo de opinião que está na mira dos entrevistados, ainda que estejamos em terreno diverso daquele da crítica às autoridades, trata-se de tendência muito preocupante.

A internalização da censura e o possível apoio a novas proibições entre a população representam um novo estágio do apagão da liberdade de expressão vivido pelo Brasil desde 2019.

Enquanto houve quem tivesse denunciado o liberticídio desde o seu início – incluindo esta Gazeta do Povo –, a maioria dos atuais críticos acordou apenas muito recentemente, em muitos

casos porque a mordada começou dirigida contra um certo grupo político-ideológico que precisava ser “vencido” (nos dizeres de um agora ex-ministro do STF). Mesmo assim, é preciso seguir acreditando que não é tarde demais; depende dos que não desejam censurar, nem se deixar censurar, seguir insistindo, com cada vez mais força.



[Voltar ao índice](#)



Governo do argentino Javier Milei reitera parceria prioritária com Donald Trump, além de endossar ações contra facções do Brasil. (Foto: Will Oliver/EFE)

OPINIÃO

Sílvio Ribas

Onda direitista na América do Sul e pacto liderado por Donald Trump isolam Lula

O mapa político da América do Sul passa por reorganização histórica rumo à direita, com

impactos para o Brasil. As vitórias de Keiko Fujimori (Peru) e de Abelardo de la Espriella (Colômbia) consolidam novo arranjo regional, suplantando a dominância de governos de esquerda. O movimento se soma à consagração de governantes conservadores já instalados em países como Argentina, Paraguai e, mais recentemente, Chile. No cenário ideológico do subcontinente, o azul representando a direita avança e expõe antigos bastiões vermelhos da esquerda como Uruguai e o Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As exceções que restam ficam ao norte, como a ditadura venezuelana, Suriname e as Guianas. O Brasil, que ainda decidirá neste ano se continua vermelho ou se muda para o azul na fotografia regional, já parece sofrer de um isolamento

político crescente, em razão de posturas do governo petista. Esse isolamento não decorre só do tom de enfrentamento nas campanhas eleitorais. Ele nasce, sobretudo, de uma agenda de segurança hemisférica liderada pelos Estados Unidos, que voltou a tratar o narcotráfico como grave ameaça externa, com efeitos políticos, diplomáticos, policiais e financeiros.

O presidente americano Donald Trump opera no território latino-americano sob a égide da guerra ao crime transnacional. Nessa toada, a reclassificação pela Casa Branca de PCC e Comando Vermelho (CV) como grupos terroristas foi um golpe contra as facções brasileiras e uma derrota política para Lula. O governo brasileiro protestou forte contra o novo status das multinacionais do crime, apelando ao discurso de

defesa da soberania nacional. Mas para a oposição de direita a decisão americana foi pedida e endossada, sendo incorporada à campanha presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A prisão nos últimos dias, após perseguição policial nos Estados Unidos, de um brasileiro acusado de ligação com PCC e CV reforçou a percepção de que Washington já encara as maiores facções brasileiras como problema interno americano. Mais desdobramentos jurídicos e diplomáticos são esperados. Sob Trump, os EUA militarizaram o combate ao crime na América Latina, protagonizando operações que levaram à captura do ditador venezuelano Nicolás Maduro, preso por narcoterrorismo, e à morte de “Niño Guerrero”, líder do cartel

venezuelano Tren de Aragua, e de narcotraficantes no México. A ofensiva de Trump contra os esquemas de tráfico e lavagem de dinheiro se conecta a uma política mais ampla dele para a América Latina. Ela inclui pressão contra cartéis, ações contra redes transnacionais, apoio a aliados conservadores e tentativa de exportar a agenda de segurança salvadorenha.

Escudo das Américas já amplia a pressão dos EUA contra facções

Símbolo da reconfiguração política regional, o Escudo das Américas é uma iniciativa de cooperação em segurança liderada pelos EUA para integrar ações de inteligência, controle de fronteiras e combate ao narcotráfico, ao crime organizado transnacional e ao terrorismo em países do continente. Paraguai e Argentina foram

uns dos primeiros a aderir ao pacto e a também classificar facções brasileiras como terroristas, aumentando a pressão sobre Brasília. Até o escândalo do Banco Master vira alvo das investidas conjuntas contra o crime, em razão das suspeitas de lavagem de dinheiro para o PCC.



A guinada na política externa dos EUA a partir da gestão Trump coincidiu com a sequência de vitórias eleitorais de candidatos alinhados à direita em países da América Latina

A eventual queda do regime cubano, sob pressão americana, teria impacto simbólico profundo para o Lula e o PT. Somada ao avanço conservador e à frente antidrogas, o episódio reforçaria a impressão de que a maioria das

nações da América Latina está inclinada a sepultar regimes esquerdistas. A recente fala de Lula à diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, vazada na cúpula do G7, confessando que “nunca foi esquerdista”, pode ser vista como esforço para adaptar-se ao novo ambiente geopolítico do Ocidente. Ela ocorre quando o clube da esquerda latino-americana encolhe.

A guinada na política externa dos EUA a partir da gestão Trump, marcada pelo corte de recursos destinados à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), coincidiu com a sequência de vitórias eleitorais de candidatos alinhados à direita em países da América Latina.

Desde 2025, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Honduras, Colômbia e Costa Rica passaram a ser governados por líderes chamados por setores da imprensa mundial de “ultradireita”. Os presidentes José Antonio Kast (Chile), Rodrigo Paz (Bolívia), Keiko Fujimori (Peru), Daniel Noboa (Equador), Nasry Asfura (Honduras), Abelardo De la Espriella (Colômbia) e Laura Fernández (Costa Rica) são os rostos da mudança no cenário político regional.



Autor: Sílvia Ribas é jornalista de política e economia com foco na cobertura do Congresso Nacional. Passou pelos jornais Diário do Comércio (MG), Gazeta Mercantil, Estado de Minas, Brasil Econômico, Correio Braziliense e A Tarde (BA). **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



É da natureza da esquerda a capacidade de aproveitar-se das eventuais derrotas para reformular táticas. (Foto: Imagem criada pelo Chatgpt/ Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Paulo Briguet

No Brasil, até a direita é de esquerda

Todos sabem que a esquerda latino-americana vem sofrendo uma série de reveses nos últimos

tempos. A direita conseguiu vitórias eleitorais importantes no Chile, Equador, Bolívia, Peru e Colômbia, para não falar no sucesso de Milei na Argentina. Maduro foi capturado, embora os socialistas Delcy e Jorge Rodríguez, os Irmãos Sinistros, continuem no poder. O regime cubano parece estar com os dias contados. Salvo engano deste cronista, desde que Trump fechou a torneira de verbas da USAID, nenhuma eleição relevante foi vencida pelos candidatos do Foro de São Paulo. Espera-se, por misericórdia, que o Brasil não constitua uma exceção nas eleições vindouras.

Os triunfos eleitorais da direita significam que o movimento revolucionário se tornou coisa do passado? A resposta só pode ser um enfático e rotundo NÃO. Primeiro, porque é da própria

natureza desse movimento a capacidade de aproveitar-se das eventuais derrotas para reformular suas táticas (ou, às vezes, suas estratégias). Depois, porque a esquerda sabe que o verdadeiro poder não está nos cargos eletivos, mas nos agentes que detêm os meios de ação política, jurídica e cultural, campos em que o domínio da esquerda segue absoluto, principalmente no Brasil.

Recentemente, o ocupante da Presidência da República, em reunião com seus companheiros globalistas no G7, afirmou que nunca foi esquerdista. Para contextualizar essa declaração do Lula, é necessário saber que os termos direita e esquerda nascem em 1789 na Assembleia Nacional Francesa, ou seja, em uma situação revolucionária. De lá para cá, o movimento

revolucionário sempre incorporou esses termos para descrever a sua dinâmica interna. Na Rússia de Stálin e na China de Mao, havia esquerda e direita. Em 1920, quando já era ditador, Lênin publicou o livro “Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo” para enquadrar seus companheiros de partido que exigiam medidas mais radicais nos rumos da revolução (foi mais ou menos nessa época que Lênin descobriu, ao ler um célebre ensaio de Ludwig von Mises, que economia socialista non ecziste, como diria Padre Quevedo). E nós, aqui no Brasil, até ontem não achávamos que o PSDB de Aécio Neves e Geraldo Alckmin era “de direita”?

Quando você vê alguém bradando contra a “polarização”, saiba que provavelmente está diante de 1) um simplório que repete como

papagaio algo que não compreende; ou 2) um vigarista que pretende retornar ao tempo em que a esquerda dominava completamente todo o debate público, ou seja, ao “teatro das tesouras”. Não é por outro motivo que a velha mídia e seus especialistas qualificam todo e qualquer candidatura, que vagamente lembre o conservadorismo, como “extrema-direita”. Se a direita de verdade é sempre extrema, o arco de possibilidades aceitáveis da política permanece restrito ao campo revolucionário. E aqui lhes dou uma dica: sempre que um candidato de direita não é chamado de extremista pela esquerda, é cilada, Bino: ele é de esquerda. Lula pode dizer, sem pudor (o que, aliás, jamais foi seu forte), que jamais foi de esquerda, assim como Lênin podia adotar medidas de apoio ao livre mercado em 1920, sem enrubescer, desde que os meios de ação permaneçam nas mãos do movimento

revolucionário. A revolução nunca foi, e nunca será, a socialização dos meios de produção, mas a concentração do poder político e econômico nas mãos de uma elite mafiosa que organiza o sistema predatório sobre determinada sociedade.

Vitórias eleitorais nada significam se todos os meios efetivos de exercício do poder se encontram nas mãos da elite revolucionária, como precisamente hoje ocorre no Brasil. Tempos atrás, eu afirmei, para escândalo de alguns, que em nosso país até a direita é de esquerda, ou seja, pensa nos termos e nas pautas que já foram definidas previamente pelo movimento revolucionário. A tendência dos brasileiros em esperar que o Estado ou novas leis (desde que elaboradas com boas intenções) possam resolver todos os problemas da sociedade

e atingir o bem comum reflete um estado de espírito coletivo que nos enjaula dentro da política e da vã esperança de que salvaremos a pátria. Lamento informar que esse é o mundo sonhado por Antonio Gramsci, em que todos seriam socialistas, mesmo sem saber. Até a direita.



Autor: Paulo Briguet é escritor, jornalista, palestrante e professor de literatura. Trabalhou em diversos jornais, revistas e assessorias de comunicação no Paraná. Foi colunista da Folha de Londrina e editor-chefe do jornal Brasil Sem Medo. Publicou diversos livros, dentre eles: “Nossa Senhora dos Ateus”, “Coração de mãe”, “O Mínimo sobre Distopias” e “Diário de Moby Dick”. Já escreveu mais

de 2 mil crônicas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Luiz Fux será o sucessor de Gilmar Mendes na presidência da Segunda Turma do STF. (Foto: Luiz Silveira/STF)

Compliance Zero

Gilmar Mendes perderá controle da pauta do Master no STF

Por Renan Ramalho

Em agosto, o ministro Luiz Fux substituirá Gilmar Mendes na presidência da Segunda

Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). A mudança retirará de Mendes, decano da Corte, um poder estratégico no colegiado: a definição de datas para julgamentos sensíveis, o que deve impactar diretamente os desdobramentos do caso Master, a investigação mais explosiva em andamento sobre o meio político.

Anualmente, os ministros da Primeira e da Segunda Turma do STF alternam-se no comando dos colegiados, nos quais é julgada a maioria das ações. O regimento interno estabelece que cada turma seja presidida pelo ministro mais antigo por um ano, sem recondução, até que todos os integrantes tenham exercido o cargo, observada a ordem decrescente de antiguidade. Sob essa regra, o próximo presidente será o ministro Luiz Fux, que comandará a Segunda Turma até agosto de 2027.

Uma amostra do poder de agenda, no caso Master, na Segunda Turma, foi recentemente exibida pelo próprio decano. Na última terça-feira (16), sem aviso prévio aos demais integrantes da Segunda Turma, Mendes pautou para a tarde do mesmo dia a retomada do julgamento de dois processos nos quais o relator do caso Master, ministro André Mendonça, decretara em março a prisão preventiva do pai e do primo do banqueiro Daniel Vorcaro.

O ato surpreendeu o relator e foi interpretado nos bastidores como manobra processual para que Mendes saísse vencedor. Na sessão, o decano propôs a soltura de Henrique e Felipe Vorcaro, o que dependia apenas do voto de Kassio Nunes Marques para obter maioria na Segunda Turma.

Além de Mendes, Mendonça e Nunes Marques, o colegiado é composto por Luiz Fux — que votou pela manutenção das prisões no início do julgamento, em março — e Dias Toffoli, que se declarou suspeito em fevereiro. Com isso, o caso Master é julgado por quatro ministros, composição que favorece os investigados, pois o empate acarreta o acolhimento dos pedidos da defesa.

No fim de março, quando começou o julgamento das prisões, Mendes pediu vista após os votos de Mendonça e Fux pela manutenção da medida. O pedido de vista, em tese, faculta ao magistrado suspender o julgamento para examinar os autos, devolvendo o processo posteriormente. Na prática, contudo, o mecanismo pode ser usado como instrumento de influência nos rumos do julgamento, permitindo interromper e retomar a

deliberação sob circunstâncias politicamente favoráveis.

Mendes aposta no fator surpresa e perde embate contra Mendonça

Ao ocupar a presidência do colegiado, o ministro concentra o controle da agenda. Ele detém a prerrogativa exclusiva de pautar as ações e a capacidade de suspendê-las por meio do pedido de vista. Conseqüentemente, centraliza o poder de devolver o processo e fixar a data da nova deliberação. Foi o que ocorreu na última terça-feira com os processos dos familiares de Vorcaro.

Naquela data, a Primeira Turma julgaria uma ação penal contra o ex-deputado Eduardo

Bolsonaro por coação no curso do processo — o parlamentar era acusado de pressionar o governo americano a sancionar o ministro Alexandre de Moraes para tentar interferir em investigações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A forte repercussão do caso desviava o foco do caso Master, criando um cenário propício para uma decisão impopular, como a soltura de alvos da Polícia Federal. O fator surpresa também beneficiaria a manobra de Mendes, na expectativa de neutralizar uma articulação do relator, André Mendonça, junto a Nunes Marques.

O desfecho, porém, foi oposto, devido à reação estratégica e rápida de Mendonça. Na manhã de terça-feira, ao constatar que Mendes devolvera o processo, Mendonça levantou o sigilo dos autos,

expondo relatórios da Polícia Federal com novas e graves suspeitas contra Henrique e Felipe Vorcaro.

Durante a sessão, após o voto de Mendes pela soltura, o relator expôs diálogos que indicavam ameaças, violência e tentativas de comprar o silêncio de testemunhas. Juridicamente, tais condutas justificam a prisão preventiva para preservar as investigações e evitar cometimento de novos crimes. Mendonça rebateu, ainda, as críticas de Gilmar Mendes à condução do inquérito. Com isso, Mendonça obteve adesão de Nunes Marques e as prisões foram mantidas.

Em agosto, Mendes perderá o controle da pauta da Segunda Turma, incluindo as deliberações sobre as medidas autorizadas contra os

investigados no caso Master. Assumirá o posto o ministro Luiz Fux, cuja postura no combate à corrupção é oposta à do decano. Fux historicamente defendeu a operação Lava Jato e tornou-se crítico dos métodos de Alexandre de Moraes nos inquéritos sobre os atos de 8 de janeiro de 2023.

Essa postura o aproxima de Mendonça no STF, o que deve beneficiar o relator do caso Master, tanto pela convergência de votos quanto pelo alinhamento na gestão da pauta. O alinhamento entre os magistrados viabiliza movimentos coordenados para pautar ou adiar julgamentos conforme a estratégia. O cenário mitiga o risco de manobras intempestivas que surpreendam o relator, como a arquitetada por Mendes.

Por outro lado, a presidência do colegiado também permite postergar decisões que já contam com maioria formada, mas que contrariam o entendimento do presidente, garantindo tempo para tentar demover os colegas ou adiar a derrota.

O expediente ocorreu, por exemplo, na gestão da ministra Cármen Lúcia na presidência do STF, durante o debate sobre a prisão após condenação em segunda instância. Em 2016, no auge da Lava Jato, o plenário autorizou o início da execução da pena, o que resultou no encarceramento de dezenas de políticos e empresários, incluindo o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Com o passar do tempo, Mendes alterou seu entendimento jurídico e passou a divergir da

medida. Cármen Lúcia, contudo, utilizou o controle da pauta para resistir à pressão e não pautou novas ações sobre o tema, mantendo a jurisprudência e os réus detidos. Apenas em 2019, sob a presidência do ministro Dias Toffoli, as ações retornaram à pauta. Com uma nova maioria consolidada, a Suprema Corte derrubou o entendimento, proibindo a prisão em segunda instância.



[Voltar ao índice](#)



Prédio residencial em Catia La Mar, no estado de La Guaira, após os terremotos na Venezuela (Foto: Ronald Peña R./EFE)

América do Sul

Como o chavismo pode ter aumentado a tragédia dos terremotos na Venezuela

Por Fábio Galão

Enquanto os números de mortos e feridos devido aos terremotos na Venezuela aumentam

conforme as operações de resgate avançam, análises apontam fatores que indicam como a tragédia pode ter sido amplificada pelo chavismo, o regime ditatorial que governa o país sul-americano desde 1999.

Em entrevista à Gazeta do Povo, uma jornalista venezuelana, que preferiu não ter seu nome publicado por questões de segurança, disse que, devido à deterioração dos serviços públicos sob o chavismo, não há bombeiros e equipes de socorro suficientes nas regiões mais afetadas pelos terremotos. “Em Caracas e cidades próximas, não há o suficiente para atender a situação. E na região de La Guaira, a situação é ainda pior. Falei com o diretor de uma entidade de lá, ele estava me falando que não tem água, que eles precisam de ajuda, com água potável, com outros recursos para atender as pessoas, mas que a situação está

muito difícil. O Estado, o governo venezuelano, não tem a capacidade de resposta para uma situação assim”, disse a jornalista.

Uma análise publicada nesta quinta-feira (25) pelo jornal espanhol Marca apontou que um fator, a configuração tectônica onde as placas do Caribe e da América do Sul se chocam, gerando “tremores a menos de 15 ou 20 quilômetros da superfície, impactando brutalmente as fundações”, se soma à falta de manutenção estrutural das edificações na Venezuela. “Devido a crises econômicas e orçamentos restritos, milhares de edifícios públicos e privados não foram avaliados ou reformados.

Além disso, grande parte da infraestrutura em cidades como Caracas foi construída em meados

do século XX, sob normas antigas que não exigiam os níveis de flexibilidade do aço ou resistência à torção exigidos pelas normas modernas”, apontou o Marca.

O jornal espanhol destacou também que a Venezuela possui muitos edifícios com “piso mole” devido ao uso comercial, já que o térreo é utilizado para estacionamento ou comércios abertos, sem paredes de cisalhamento suficientes. “Carente de rigidez, o primeiro andar se deforma excessivamente, causando um desabamento em cadeia nos andares restantes”, afirmou o Marca.

Devido à crise econômica, a construção civil formal sofreu uma redução brutal na Venezuela: uma reportagem de 2021 do jornal argentino

Clarín apontou que o setor estava reduzido a 1% da sua capacidade histórica, segundo a Câmara Venezuelana da Construção. Dessa forma, a informalidade impera, comprometendo a fiscalização e a qualidade das construções: em um evento promovido pela Universidade Católica Andrés Bello (Ucab) em outubro de 2024, a engenheira Liana Arrieta de Bustillo afirmou que quase oito em cada dez imóveis residenciais na Venezuela são construídos informalmente.

“Na Venezuela, 77% das moradias são construídas em assentamentos informais, por isso devemos dar atenção a esse setor”, disse a especialista, em declarações publicadas pelo jornal El Impulso. “Os habitantes desses tipos de assentamentos informais vivem em terrenos baldios com severas condições de instabilidade estrutural.”

A notória corrupção do chavismo faz com que a população venezuelana seja obrigada a recorrer à habitação informal e sem infraestrutura. Um relatório da ONG Transparência Venezuela apontou que uma iniciativa-chave lançada no governo do ex-ditador Hugo Chávez (1999-2013) para a construção de casas populares, a Grande Missão Moradia Venezuela, se tornou “uma estrutura complexa” de desvios de dinheiro público. Grande parte das residências apresenta “falhas de construção que, em alguns casos, levaram à evacuação urgente de moradores e sua realocação para outras áreas”.

Quem permaneceu nas casas do programa ficou sujeito a grandes riscos: em entrevista em 2017 ao jornal El Estímulo, Gustavo Izaguirre, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Central da Venezuela (UCV),

destacou que as violações do código venezuelano de construção em habitações da Grande Missão Moradia Venezuela representavam “fatores completamente desfavoráveis em caso de terremoto, porque as paredes podem rachar ou desabar”.



[Voltar ao índice](#)



Fábrica da Ortobom em Arapongas (PR) (Foto: Google Maps)

Justiça Trabalhista

Empresa condenada por ter homens na liderança tem mulher como CEO

Por Rose Amantéa

Uma decisão da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a fabricante de

colchões paranaense Ortobom a pagar R\$ 300 mil a título de danos morais coletivos por discriminação contra mulheres em cargos de chefia. Mantida por unanimidade nesta terça-feira (23), após recurso da empresa, a condenação foi baseada no conceito de "discriminação indireta". O relator do caso, ministro Alberto Balazeiro, sustentou que a Ortobom não apresentou justificativa objetiva para o fato de todas as 22 gerências e duas subgerências da unidade de Arapongas (PR) serem ocupadas apenas por homens, considerando a maioria da população feminina da cidade.

Em nota oficial, a empresa – que tem uma mulher, Carolina Pires, como CEO (diretora geral) – informou que o tema refere-se a um caso específico envolvendo apenas uma de suas 13

unidades fabris, localizada em Arapongas (PR), não representando a realidade da companhia como um todo. Especialistas ouvidos pela Gazeta do Povo classificam a decisão da justiça trabalhista como uma invasão do Judiciário sobre a autonomia das empresas e os critérios adotados para a ocupação de cargos de liderança.

Decisão beira o absurdo, diz professor da FGV

Para Paulo Renato Fernandes da Silva, advogado trabalhista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), a principal crítica diz respeito ao impacto da decisão sobre a liberdade empresarial. "Ninguém melhor do que o empregador, que assume os riscos do negócio, para estabelecer de que forma vai desenvolver sua atividade econômica", afirma Fernandes. "Empresas não

podem ser obrigadas a justificar a composição de seus quadros de liderança com base em critérios subjetivos."

Por isso, segundo ele, a sentença "beira o absurdo". "Se a empresa entende que um determinado perfil ocupa melhor uma função, isso é plenamente lícito", afirma.

Para Kayque Lazzarini, líder do movimento Livres, a decisão também ignora fatores normalmente considerados na ocupação de cargos de liderança, como qualificação profissional, experiência, desempenho e tempo de casa. "A decisão do TST foi equivocada porque acabou deduzindo a situação de uma forma errada e colocando a empresa como uma empresa

misógina", afirma. "Isso não é misoginia, mas uma decisão técnica da empresa", diz.

Para Alessandro Vietri, sócio da área trabalhista do Salles Nogueira Advogados e especialista em Direito do Trabalho pela PUC-SP, a decisão expõe visões distintas sobre o papel da Justiça do Trabalho no enfrentamento da desigualdade de gênero. Segundo ele, o conceito de discriminação indireta utilizado pelo relator dispensa a comprovação de um ato explícito de preconceito. Ou seja, a existência de chefias ocupadas exclusivamente por homens foi interpretada como um indício de que os critérios de promoção da empresa produziam um efeito discriminatório, ainda que não intencional.

Assim, explica Vietri, o tribunal transferiu para a Ortobom o ônus de demonstrar que seus processos de promoção eram baseados em critérios objetivos e isonômicos. Como a empresa não conseguiu comprovar essa justificativa, prevaleceu a presunção de discriminação. Essa conclusão, no entanto, abre brechas para críticas e contestações. Vietri observa que a legislação proíbe práticas discriminatórias na contratação e promoção de funcionários, mas não estabelece metas ou resultados estatísticos para a composição dos cargos.

Nesse entendimento, a condenação teria se baseado no resultado observado na estrutura da empresa, e não na comprovação de uma conduta ilegal específica. "Pode ser considerada um avanço sobre a disparidade de gênero, mas a decisão abre um importante debate sobre

segurança jurídica e os limites do Judiciário ao criar obrigações baseadas em resultados, e não em condutas proibidas por lei", diz.

Na mesma linha, o advogado Giuliano Miotto, presidente do Instituto Liberdade e Justiça (IJL), critica o uso da composição demográfica do município como elemento para presumir discriminação dentro da empresa. "Ao utilizar a demografia de uma cidade como suposto parâmetro para o preenchimento de cargos de liderança, o TST desconsidera a autonomia da livre iniciativa e o mérito individual, além de ignorar variáveis fundamentais de gestão privada", afirma.

Apesar da controvérsia, Tomaz Nina, advogado trabalhista e sócio da Advocacia Maciel explica

que a condenação segue a jurisprudência predominante do TST em casos envolvendo discriminação, ônus da prova e dano moral coletivo.

Para ele, a interpretação do relator do caso encontra respaldo jurídico e a decisão, aplicação legítima, já que não se baseou simplesmente na ausência de mulheres nos cargos de chefia, mas na falta de uma justificativa objetiva para esse cenário. "Quando uma empresa possui tantos cargos gerenciais em determinada localidade e nenhum deles é ocupado por mulheres, surge um indício relevante de possível discriminação indireta", afirma.

Ele ressalta que o entendimento adotado pela 3ª Turma não obriga empresas a garantir paridade

de gênero nos cargos de liderança. "A decisão apenas reforça a necessidade de que companhias sejam capazes de demonstrar que seus critérios de seleção e promoção são objetivos e não produzem exclusões injustificadas de determinados grupos", afirma.

Posicionamento Ortobom

Veja a nota oficial da Ortobom enviada à Gazeta do Povo:

"A Ortobom reafirma seu compromisso com a legislação, com a igualdade de oportunidades e com uma gestão pautada pela meritocracia. Atualmente, a companhia tem uma mulher como CEO, reflexo de uma cultura organizacional que valoriza

competências, desempenho e potencial no desenvolvimento de seus profissionais.

A empresa também mantém investimentos contínuos em iniciativas voltadas à atração, ao desenvolvimento e à permanência de talentos femininos, fortalecendo um ambiente de trabalho respeitoso, inclusivo e alinhado às melhores práticas de gestão de pessoas".



Voltar ao índice



Jogar argentino Lionel Messi: gratidão a Deus por recorde de gols em Copas. (Foto: Tolga Bozoglu/EFE)

Inspiração

Cinco momentos de fé marcantes na Copa do Mundo

Por Catholic News Agency

A Copa do Mundo da FIFA 2026 começou em 11 de junho — fazendo história como a primeira edição

do torneio sediada conjuntamente por Estados Unidos, Canadá e México. A Copa do Mundo da FIFA é um dos eventos esportivos mais assistidos, com cerca de 5 bilhões de pessoas sintonizadas no torneio que reúne os melhores atletas de futebol de todo o mundo. Em poucos dias, o nome de Jesus já foi anunciado muitas vezes por vários atletas e seleções enquanto competem neste palco global. Aqui estão cinco momentos poderosos de fé que vimos na Copa do Mundo até agora:

1) Seleção croata fala da importância da fé católica

Antes da primeira partida da Croácia contra a Inglaterra, dois membros da equipe participaram de uma coletiva de imprensa onde discutiram o papel que a fé católica desempenha em suas

vidas. O correspondente da EWTN News, Mark Irons, estava presente e perguntou a Kristijan Jakić e Igor Matanović o que o catolicismo significa para a seleção e se a oração e a fé são importantes para eles em suas próprias vidas. “Acho que a fé é muito importante na minha vida. Quando você reza para Deus, é como uma sensação de que alguém está te ouvindo, e isso me dá muita força”, disse Matanović.

Jakić acrescentou: “Somos um país no qual somos católicos e no qual a fé significa o caminho em nossas vidas. Acho que a fé representa toda a seleção nacional. A fé simplesmente significa tudo em nossas vidas.”

2) Jogadores de Curaçau e da Alemanha se unem em oração após competirem entre si

A seleção nacional do país de Curaçau — que é uma ilha caribenha com uma população de 150.000 habitantes — fez história ao se classificar para a Copa do Mundo pela primeira vez. Ao fazê-lo, a nação insular estabeleceu um recorde mundial do Guinness como o menor país em população a alcançar o torneio masculino global.

Apesar de perder para a Alemanha em sua primeira partida por 7 a 1, os jogadores e a comissão técnica ficaram visivelmente emocionados ao perceber a conquista que a equipe havia alcançado. Em um momento de gratidão, vários atletas se reuniram no gramado para um momento de oração. Eles receberam

então a companhia dos jogadores alemães Jonathan Tah e Felix Nmecha — ambos cristãos declarados. Em uma entrevista após o jogo, Nmecha disse: “Durante o jogo, somos adversários, mas depois do jogo somos todos cristãos e somos irmãos... Em nossa fé, todos acreditamos que Jesus é glorificado através do jogo e é por isso que nos reunimos e simplesmente oramos juntos.”

3) Lionel Messi agradece a Deus após fazer história

A Argentina enfrentou a Argélia em 16 de junho em Kansas City, onde mais de 69.000 torcedores assistiram à história se desenrolar nos pés do famoso jogador argentino Lionel Messi. Durante a vitória por 3 a 0 contra a Argélia, Messi registrou o primeiro hat-trick da Copa do Mundo

da FIFA — quando um único jogador marca três gols em uma partida — de sua carreira. Além disso, Messi fez história ao igualar (e depois ultrapassar) recorde do ex-jogador de futebol alemão Miroslav Klose de maior número de gols marcados em Copas do Mundo. Após o jogo em que atingiu a marca de Klose, Messi, um católico devoto, disse: “Não posso pedir mais do que recebi. Como já disse muitas vezes, dou graças a Deus por Ele ter me dado tanto, e tudo o que vem agora é uma bênção.”

4) Seleção dos EUA compartilha um momento de oração após vitória histórica contra o Paraguai

Em 12 de junho, os homens dos Estados Unidos começaram sua jornada na Copa do Mundo com o pé direito, com uma vitória por 4 a 1 sobre o

Paraguai. Após o jogo, o defensor Mark McKenzie liderou a equipe em um momento de oração no campo. Antes do torneio, vários jogadores dos EUA falaram abertamente sobre sua fé. O ponta-estrela Christian Pulisic é conhecido por liderar vários de seus companheiros de equipe em um estudo bíblico que ele chama de “Bible Time” (Hora da Bíblia) e já discutiu o papel importante que a leitura das Escrituras desempenha em sua vida diária.

O goleiro Matt Freese falou recentemente ao podcast “What’s Up” da Sports Spectrum e discutiu como sua fé e sua carreira estão interligadas. “Deus me deu tantas oportunidades neste jogo e na minha carreira. Eu ainda tenho um papel a desempenhar nisso. Eu ainda tenho que fazer a minha parte e pegar essa oportunidade e fazer algo com ela”, disse Freese.

Ele também compartilhou que é ouvinte do podcast “Bible in a Year” (A Bíblia em um Ano) do Padre Mike Schmitz. “No momento estou ouvindo ‘Bible in a Year’ do Padre Mike Schmitz. Tem sido fantástico e meio que me capacita a — mesmo quando estou viajando ou mesmo que seja um período corrido — garantir que estou passando algum tempo todos os dias, espero que todos os dias, [com as Escrituras]”, disse ele.

5) Felix Nmecha homenageia Jesus em comemoração pós-gol

O meio-campista alemão Felix Nmecha homenageou Jesus fazendo um gesto poderoso após marcar o primeiro gol na vitória da Alemanha por 7 a 1 contra Curaçau em 14 de junho. Depois de marcar o gol, Nmecha se ajoelhou em um joelho e fez o gesto de tirar uma

coroa da cabeça, colocou-a no chão e depois apontou para o céu. Esse gesto de “coroa para baixo”, como tem sido chamado, simboliza que cada dom, cada vitória e cada momento de glória pertencem a Cristo. Em uma entrevista após o jogo, Nmecha disse: “Foi uma bênção incrível marcar meu primeiro gol pela Alemanha e que tenha sido tão rápido. Toda a glória eu dou a Deus, porque Ele é quem me deu esse talento e a oportunidade de estar aqui vivendo esse sonho.”

©2026 Catholic News Agency. Publicado com permissão.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **Derrota na Colômbia mostra nova tática da esquerda para questionar as urnas**
- **Quem é a pupila de Paulo Guedes que a Faria Lima quer na Economia de Flávio Bolsonaro**
- **Ofensiva de Gilmar contra Mendonça politiza Caso Master e fortalece defesa de investigados**
- **PF ainda não analisou 3 celulares de Vorcaro e 60 aparelhos: o que vem por aí no caso Master**
- **“Socialistas democráticos” podem estar tomando o controle do Partido Democrata**
- **Imigração descontrolada agora é problema também na África**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice



B I B L I O T E C A
D A G A Z E T A

GAZETA DO POVO

ACESSE AGORA!